



Deputadas Beth Sahão (PT), Mônica Seixas (PSOL), Profª Bebel (PT), Márcia Lia (PT) e Isa Penna (PSOL) ocupam mesa da Presidência da Alesp em defesa da democracia.

RETROSPECTIVA 2019 LUTAS DA APEOESP

APEOESP

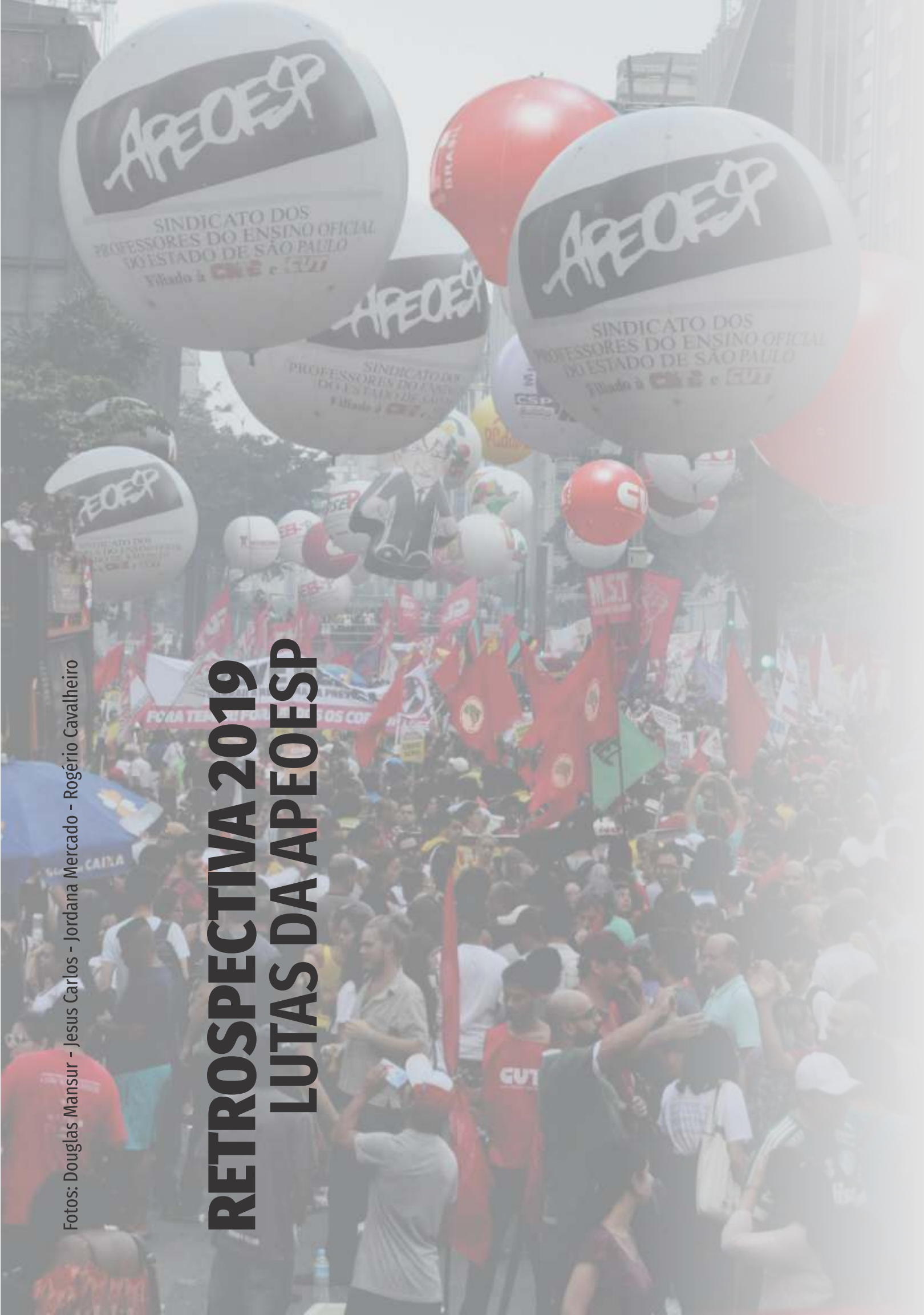
SINDICATO DOS
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO

FILIADO À
CUT
E
CUT



Fotos: Douglas Mansur - Jesus Carlos - Jordana Mercado - Rogério Cavalheiro

RETROSPECTIVA 2019 LUTAS DA APEOESP



APRESENTAÇÃO

Defesa das professoras e dos professores, luta por financiamento e qualidade na educação, e combate aos retrocessos e desmontes de Doria e Bolsonaro. Com mobilização constante e forte participação da categoria, essa foi a tônica do trabalho realizado pela APEOESP em 2019, reforçando também uma série de lutas iniciadas nos últimos anos.

Os movimentos pelo FUNDEB permanente e contra os cortes de recursos federais e estaduais para a Educação, as ações contra o fechamento de classes e pela garantia do limite de 25 estudantes por sala, bem como a constante pressão pelo aumento - já obtido na Justiça - de 10,15% nos salários, são só algumas das batalhas que marcaram o ano que passou.

A greve dos professores, iniciada em novembro por decisão da categoria, mostrou-se a grande trincheira contra a tentativa de BolsoDoria de impor a toque de caixa mais um massacre ao futuro do funcionalismo, que é sua proposta de reforma da Previdência estadual.

Nas próximas páginas, você entenderá como a APEOESP travou essas e outras batalhas que colaboraram para a manutenção da democracia, para a cidadania e para a defesa dos professores, dos servidores públicos e dos trabalhadores em geral.

Professora Bebel
Presidenta da APEOESP



PROFESSORAS E PROFESSORES RESISTEM AOS CORTES NA EDUCAÇÃO

“A gente tá sendo atacado”. A frase de Lunga, personagem emblemático do filme Bacurau, lançado este ano pelos diretores Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles, poderia ser usada como metáfora para retratar o que vem acontecendo ao ensino público em 2019, bem como a outras áreas sociais. A educação brasileira está sob ataque.

Como você poderá ler nas próximas páginas, tanto Bolsonaro, em Brasília como João Doria, em São Paulo, vêm tentando reduzir a pó a educação pública brasileira.

São cortes bilionários nos recursos destinados à educação, da básica ao ensino superior. São informações falsas, dados distorcidos, fakenews e uma avalanche de memes. São

ameaças a professores e pesquisadores, demissões de especialistas renomados, cortes de bolsas e censura de materiais escolares. Tudo com objetivo de eliminar qualquer pensamento crítico minimamente gestado em nossas escolas públicas.

Contra essas medidas e ações, a APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), junto com entidades do funcionalismo, deputados progressistas, e com apoio da população, fez deste ano um dos mais fortes períodos de mobilização de sua história. Foram dezenas de ações, atos, reuniões, fóruns, webconferências, palestras, assembleias e mobilizações de resistência, culminando com a greve dos professores.

“
A APEOESP junto com entidades do funcionalismo, deputados progressistas, e com apoio da população, fez deste ano um dos mais fortes períodos de mobilização de sua história.”

GREVE GERAL DA EDUCAÇÃO

Em ato realizado no MASP em 15 de maio, em São Paulo, a APEOESP ajudou a reunir professores, estudantes e cidadãos em geral na defesa da educação e contra a Reforma da Previdência. Regionais também realizaram atos locais. Com o mesmo objetivo, ações também foram intensas no dia 30 de maio, com mobilizações em dezenas de capitais e cidades do interior em todo o Brasil.



▲ Professora Bebel presente em ato contra cortes de verbas na Educação

DO GOLPE AO DESMONTE DA EDUCAÇÃO

O ataque atual à Educação começou antes mesmo de Bolsonaro chegar ao poder, quando um golpe derrubou a presidenta Dilma e legou a gestão a Temer. Em 2016, ele ganhou forma com a Emenda Constitucional 95, a “PEC do fim do mundo”, que foi apoiada por Bolsonaro e congelou os investimentos no serviço público por 20 anos.

Na prática, a PEC inviabiliza os investimentos sociais do país, inclusive o Plano Nacional de Educação e a tão sonhada aplicação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) na educação pública.

Bolsonaro tem intensificado a destruição. Em maio deste ano, o Ministério da Educação bloqueou 30% do orçamento de despesas das universidades federais e o ministro Abraham Weintraub veio a público dizer que instituições que fizessem “balbúrdia” - referindo-se a atos políticos ou manifestações - teriam verbas cortadas. Os recursos só voltaram a ser liberados em outubro, prejudicando por meses o trabalho das universidades.

A APEOESP foi ativa protagonista na luta contra os cortes. Em sua sede, articulou mais de 40 entidades de professores, estudantes, funcionários, movimentos sociais e centrais sindicais nas grandes manifestações de 15 de maio, 30 de maio e 13 de agosto.

Estudo feito em julho pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) sobre os cortes até então realizados pelo governo federal mostrou que a Educação perdera R\$ 5,84 bilhões, o que corresponde a 18,81% dos R\$ 31 bilhões cortados até então em 28 áreas. A bolsa-permanência no ensino superior e o apoio à infraestrutura no Ensino Básico tiveram corte de 100%. Indígenas, quilombolas e estudantes de baixa renda também foram duramente atingidos.

A Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) também sofreu cortes consideráveis e precisou congelar milhares de bolsas. Para 2020, seu orçamento foi reduzido à metade, despencando de R\$ 4,3 bilhões para R\$ 2,2 bilhões. Como um todo, de acordo com o projeto de lei orçamentária, os recursos do Ministério da Educação vão cair de R\$ 123 bilhões em 2019 para R\$ 101 bilhões em 2020.

“**Estudo sobre os cortes mostrou que a Educação perdera R\$ 5,84 bilhões, o que corresponde a 18,81% dos R\$ 31 bilhões cortados até então em 28 áreas.**”



PROGRAMAS MOSTRAM ÂNSIA AUTORITÁRIA DE BOLSODORIA POR PRIVATIZAR A EDUCAÇÃO

Em São Paulo, o governador João Dória – ou BolsoDória, como o atual governador chamou a si mesmo durante sua campanha – não promoveu cortes explícitos na Educação, mas cortou verbas de áreas afins, principalmente da cultura. Além disso, ele vem travando uma guerra ideológica, tendo censurado materiais didáticos sobre educação sexual, e implantando autoritariamente projetos que, em suma, desmontam a educação pública e a entregam à iniciativa privada.

No entanto, Dória sofreu suas derrotas: por ações judiciais da APEOESP, foi obrigado a retirar uma cartilha didática na qual fazia autopromoção política e, por

outro lado, teve que devolver aos estudantes do oitavo ano outra cartilha, de Ciências, que mandara recolher por abordar a diferença entre sexo biológico e identidade de gênero.

A Secretaria da Educação, mantendo uma prática usual em governos do PSDB, impõe à rede estadual de ensino projetos educacionais sem consulta aos professores e demais profissionais da educação, nem aos estudantes e pais, causando impactos na vida da comunidade escolar e na qualidade do ensino.

Um desses programas é o Método de Melhoria de

Resultados, o MMR, que vem sendo implementado nas escolas estaduais. A presidenta Professora Bebel afirmou que a APEOESP não pode aceitar perseguição a docentes e ingerências externas, devendo as próprias unidades escolares, por meio de seus conselhos, resolverem seus problemas de gestão, em busca de melhores resultados.

Frente às colocações, o secretário se comprometeu a realizar reunião específica sobre o programa, para, a partir daí, poder realizar os ajustes necessários.

DIA NACIONAL DE MOBILIZAÇÕES

Manifestações em 13 de agosto criticaram os cortes na Educação, a Reforma da Previdência e o programa “Future-se”, modelo de privatização do ensino superior apresentado por Bolsonaro. Houve atos em centenas de cidades, bem como em diversas capitais, como São Paulo, Rio de Janeiro, João Pessoa e Salvador.



ENCONTRO NA ALESP CRIA FÓRUM EM DEFESA DO FUNDEB PERMANENTE

Professoras e professores da APEOESP compareceram em peso à Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo) no dia 4 de outubro para acompanhar o encontro que criou o Fórum em Defesa do FUNDEB Permanente e a vinculação de recursos para a educação. A criação foi uma iniciativa da APEOESP, por meio de sua presidenta, Professora Bebel, que também é deputada estadual por São Paulo.

O FUNDEB é o principal instrumento de financiamento da educação pública no Brasil e sua vigência acaba em 2020. Além disso, o governo federal ameaça acabar também com a vinculação de recursos para a educação e a saúde.

Participaram do encontro educadores, especialistas em Educação, estudantes, representantes de entidades e lideranças políticas, entre elas o ex-ministro Aloízio Mercadante, o deputado federal Idilvan Alencar (PT-CE), que é vice-presidente da Comissão Especial do FUNDEB na Câmara Federal, o deputado federal Alencar Santana (PT-SP), que é membro da Comissão de Educação da Câmara, além de representantes do Ministério Público, da OAB e do Conselho Gestor do FUNDEB. Durante as apresentações ao longo do evento, foi defendida a aprovação da PEC 15/2015, que já tramita na Câmara Federal na forma de substitutivo protocolado pela relatora, deputada federal professora Dorinha Seabra Rezende, Tocantins.

Durante sua intervenção, a presidenta da APEOESP explicou que o principal objetivo do fórum é ampliar o enfrentamento contra o eventual fim da lei do FUNDEB. “O fim do FUNDEB significaria o desmonte de toda a educação básica. Não podemos assistir que o FUNDEB seja extinto. O fundo permanente é para garantirmos recursos à educação, que é um dever do estado e um direito de todos. Trata-se de um movimento suprapartidário em defesa da educação pública de qualidade, para a formação dos nossos jovens, que vão garantir o desenvolvimento do país. Temos de nos unir para garantir a educação de qualidade do ensino infantil à pós-graduação. Acredito que a educação é uma política estruturante de uma sociedade. O FUNDEB tem que ser uma política de estado.”

“**Principal objetivo do fórum é ampliar o enfrentamento contra o eventual fim da lei do FUNDEB**”



▲ Professora Bebel: o Fundeb tem que ser uma política de Estado

APEOESP REFORÇA DEFESA DA EDUCAÇÃO POR MEIO DO MANDATO DA PROFESSORA BEBEL

Mesmo com a política autoritária, truculenta e preconceituosa de Bolsonaro e de sua bancada de apoio, os professores tiveram, em 2019 mais espaço na Alesp para defenderem suas demandas e recursos para a Educação.

“
O bloqueio à reforma da Previdência estadual mostra a importância desse trabalho conjunto entre Legislativo e APEOESP
 ”

Isso só foi possível porque o Sindicato, após anos de uma trajetória sólida em defesa da educação e dos educadores, considerou importante ter uma representação na Assembleia. A vitória da Professora Bebel, eleita deputada em 2018 com 87.169 votos, foi decorrência dessa determinação, que se mostrou muito acertada em todo este primeiro ano de mandato.

O bloqueio à reforma da Previdência estadual, feito no final do ano, que discutimos em detalhes na página 21, teve a greve



▲ Momento da diplomação da deputada professora Bebel, eleita com mais de 80 mil votos

dos professores como vanguarda do movimento e mostra a importância desse trabalho conjunto entre Legislativo e APEOESP.

Porém, foram muitos os projetos, embates e situações em que o mandato se mostrou um braço fundamental da atuação do Sindicato na defesa de mais recursos para a educação.

Exemplo disso é luta pela valorização dos servidores, representada, entre outras ações, pela inclusão na proposta de orçamento do estado de emendas para a valorização do funcionalismo público, com previsão de reajuste anual de salários.

Também a previsão de recursos para o IAMSPE foi emenda incluída na proposta de orçamento, como pressão para que o governo cumpra sua cota-parte de 2%, que não tem sido repassada e é a principal razão da crise financeira do Instituto.



◀ Combate à reforma da Previdência de Doria, que pretende aumentar para 14% contribuição de servidores.



◀ Avanço conservador e cortes de direitos mostram importância da união de todos os setores progressistas da sociedade.

▶ Defesa da educação alinha força das ruas, dos sindicatos e pressão no Legislativo por manutenção de recursos para a área.



EM DEFESA DA LIBERDADE DE ENSINAR

Professoras e professores paulistas têm se mobilizado, via APEOESP, contra aquele que é o maior ataque ao pensamento crítico na escola pública desde os tempos da Ditadura Militar. Encampado por políticos de extrema direita nas várias esferas de poder, o projeto “Escola sem Partido” faz parte de um grande conjunto de valores e ideias distorcidos que, em resumo, pretendem afastar qualquer pensamento crítico da escola pública, preparando-a para sua total mercantilização.

“**Há diversos projetos semelhantes apresentados nos estados, bem como no Legislativo de diversas cidades, várias delas já com o texto aprovado.**”

Em termos legislativos, o Projeto de Lei 7180/14, um dos textos que propõem o Escola sem Partido, ganhou força e pode avançar já no começo de 2020, pois foi criada no início de dezembro uma Comissão Especial para sua discussão.

Porém, mesmo com decisão contrária do Supremo Tribunal Federal (STF) e ainda que não seja aprovado no Congresso, o “Escola sem Partido” já causa prejuízos

em centenas de escolas em todo o país. Há diversos projetos semelhantes apresentados nos estados, bem como no Legislativo de diversas cidades, várias delas já com o texto aprovado. É o caso de Belo Horizonte, única capital brasileira a ter aprovada uma lei que institui a proposta de cerceamento dos professores.

Levantamento realizado pelo grupo Professores Contra o Escola Sem Partido e confirmado pela revista Nova Escola mostra um número muito maior: pelo menos 147 propostas foram apresentadas em todo o país, envolvendo cerceamento de professores sobre política ou questões de gênero. Dessas, 18 já entraram em vigor.

Há também centenas de relatos de escolas que, por pressão de pais, têm evitado a compra de livros com conteúdo referente a sexualidade ou criticados por youtubers. Em outros casos, autores clássicos são barrados por serem considerados “muito de esquerda”.

Em novembro, a ministra dos Direitos Humanos, Damares Alves, anunciou a criação de um canal oficial para que pais de alunos possam reclamar de professores que, durante as aulas, atentam “contra a moral, a religião e a ética da família”.

Contra essas e diversas outras ações que prejudicam a educação e colocam em risco nossa frágil democracia, a APEOESP vem realizando desde 2018 uma importante campanha de enfrentamento ao projeto, com atos públicos, pressão no

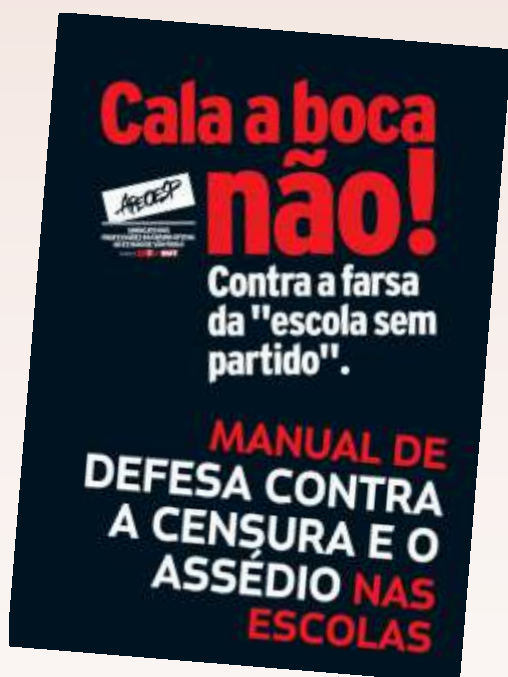
legislativo, audiência pública na Alesp, panfletagens, defesa individual de professores que sofreram censura e até um “Manual de Defesa contra a Censura e o Assédio nas Escolas”, que pode ser baixado no site do Sindicato (www.apeoesp.org.br).

Organizado pela APEOESP em parceria com outras entidades de defesa dos professores, também foi lançado em fevereiro o Manifesto em Defesa da Escola Sem Censura, que agrega entidades que se propõem a defender professores contra agressões motivadas pelo Escola sem Partido.

Webconferência discute ações que afetam qualidade do ensino público ▼



LIBERDADE DE CÂTEDRA



Amplamente denunciado pela APEOESP como uma ameaça à liberdade do professor ensinar, o já citado Método de Melhoria de Resultados (MMR) traz para a escola pública o gerenciamento característico das empresas privadas. Uma vez mais, sobrecarrega os professores, que são responsabilizados, através de processos de avaliação espetaculosos, pelas deficiências e problemas do ensino na rede estadual.

Com o MMR, coordenadores pedagógicos, bem como supervisores e diretores estão incumbidos de assistir, monitorar e avaliar unilateralmente a atuação dos professores em sala de aula. Um absurdo inaceitável.

Para combater a medida, a presidenta da APEOESP, Professora Bebel, foi ao Ministério Público (MP) em agosto para denunciar mais este “ataque à liberdade de cátedra”.

Outro movimento importante foi a apresentação, na Alesp, do Projeto de Lei 331/19, que visa assegurar a todos os professores, alunos e servidores da educação o direito à liberdade de expressão e de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber. De autoria da Professora Bebel, o projeto se propõe como uma vacina que deverá evitar que o Escola sem Partido seja aprovado ou ganhe espaço no estado.



“ A presidenta da APEOESP Professora Bebel foi ao Ministério Público (MP) em agosto para denunciar mais este “ataque à liberdade de cátedra”. ”



OCUPAÇÃO: APEOESP CARAPICUÍBA, JUNTO AOS ALUNOS, ENFRENTA O FECHAMENTO DE CLASSES E DEFENDE LIMITE DE 25 ALUNOS POR SALA

A viralização, em 16 de dezembro, de um vídeo em que um PM age com truculência contra a professora Ângela Soares, coordenadora da subseção da APEOESP de Carapicuíba, reabriu o debate sobre o problema do fechamento de classes e escolas no Estado.

Na ocasião, a professora Ângela tentava defender os estudantes que ocupavam a E.E. Professor Lênio Vieira de Moraes, na cidade de Barueri, em protesto contra o seu fechamento, determinado para acontecer em 2020 pelo governo do estado.

A professora foi tratada com brutalidade pelo policial, que se recusou a conversar com ela, gritou e ameaçou prendê-la. Após a viralização, o governo estadual teve de responder ao vídeo. Dois dias depois, foi anunciado o cancelamento do fechamento da escola.

Na verdade, não é de hoje que Bolsonaro vem seguindo a cartilha do seu antecessor, o também tucano Geraldo Alckmin, e fechando classes em todo o estado. O resultado é um conjunto de dificuldades para os estudantes, como distância até o local de estudo e salas superlotadas.

A APEOESP vem acompanhando de perto a situação e cobrando

explicações do governo. Além disso, por meio do mandado parlamentar da deputada Professora Bebel, apresentou o Requerimento de Informação nº 75/2019 para que a Secretaria Estadual da Educação (SEE) forneça dados sobre o fechamento de escolas públicas desde 2015, para demonstrar a política deliberada de sucateamento dos equipamentos escolares.

Em paralelo, o Sindicato vem articulando apoios e pressionando o governo estadual para que seja regulamentado e reduzido o número máximo de estudantes por classe. Hoje há salas com mais de 45 estudantes, quando o ideal é que esse número não supere 25 estudantes.

▼ Conselheira da APEOESP, professora Ângela Soares enfrentou truculência da polícia de Doria



“
O Sindicato vem articulando apoios e pressionando o governo estadual para que seja regulamentado e reduzido o número máximo de estudantes por classe.
 ”

COMBATE À EVASÃO NO ENSINO MÉDIO

Graças a representação feita pela APEOESP ao Ministério Público, foi firmado um termo entre o MP, a APEOESP e a SEDUC, pelo qual a Secretaria deve ampliar a chamada aos estudantes que abandonaram os estudos, por meio da chamada “Busca Ativa”.

A Busca Ativa se realiza por meio de ampla campanha de divulgação em todos os meios de comunicação e nas comunidades, para informar à sociedade que os estudantes devem retornar e que as escolas estaduais estão disponíveis a todos os interessados, do ensino regular e EJA.

As subsedes da APEOESP também realizam esse trabalho, elaborando listas de demanda por vagas, que são apresentadas nas escolas e nas diretorias de ensino. Muitas classes têm sido abertas a partir dessas iniciativas, enfrentando, muitas vezes, resistências dos gestores locais.

Outra frente importante é o Projeto de Lei 747/19, de autoria da Professora Bebel, que, se aprovado, institucionalizará a Busca Ativa.



APEOESP PRESSIONA PARA QUE O ESTADO PAGUE SUA PARTE NO FINANCIAMENTO DO IAMSPE

A APEOESP realizou este ano uma série de ações com objetivo de obrigar o estado a pagar sua cota-parte, de 2% do orçamento, para o financiamento do IAMSPE, instituto responsável pela saúde dos servidores públicos.

Já em junho, conseguiu, por meio da deputada Professora Bebel, assegurar a inclusão de emendas na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado de São Paulo) para que o estado realize o aporte dos recursos. O Sindicato co-organizou, em 25 de julho, um “abraço simbólico” ao Instituto, realizado em frente ao Hospital do Servidor, na Av. Ibirapuera, em São Paulo.

Já em agosto foi lançada a Frente Parlamentar em Defesa do IAMSPE, criada também para

pressionar na discussão do orçamento estadual de forma a garantir que o governo repasse sua cota-parte.

PERÍCIAS MÉDICAS

Outra pauta de saúde defendida pelo Sindicato é o estabelecimento de perícias médicas mais justas para os docentes. As queixas dos professores são inúmeras, passando principalmente pelo péssimo atendimento e pelo rigor excessivo na hora de determinar se o profissional precisa, ou não, de uma licença médica. Sem conseguir licença, muitos professores doentes acabam faltando e têm as faltas descontadas dos seus salários.



Funcionários públicos em defesa do IAMSPE ▲

◀ Diretoria da APEOESP em reunião na Secretaria da Educação

AUMENTO DE CASOS DE FEMINICÍDIO REFORÇA NECESSIDADE DE COMBATER MACHISMO E PRECONCEITOS

Numa categoria que possui maioria de profissionais de gênero feminino, torna-se ainda mais urgente atentar para esse dado: o número de feminicídios aumentou 44% no primeiro semestre de 2019, se comparado ao mesmo período do ano anterior. Os dados são de levantamento feito pelo G1 e pela GloboNews e mostram ainda que 73% dos casos ocorreram dentro de casa, 60 de 82.

“**A pesquisa sobre violência nas escolas divulgada pela APEOESP em 18/12 mostra que aumentou a percepção de casos de discriminação nas escolas entre 2017 e 2019.**”

Não há como não fazer a relação desses números com o avanço do discurso conservador, machista e preconceituoso, que tem como seu maior divulgador Bolsonaro, atual ocupante da cadeira de presidente da República. Um homem que já declarou que sua filha, após quatro filhos, foi resultado de uma fraquejada.

Um homem que, em 2014, enquanto deputado, foi capaz de afirmar, na Câmara Federal, que a deputada Maria do Rosário (PT) era muito feia e por isso “não merecia ser estuprada”.

A questão do racismo também está profundamente presente. Pesquisa sobre violência nas escolas divulgada pela APEOESP em 18/12, realizada em parceria com o Instituto Locomotiva, mostra que aumentou a percepção de casos de discriminação nas escolas entre 2017 e 2019. Entre os estudantes, essa percepção passou de 3% para 6% no período e entre os professores passou de 9% para 15%.

Aqui também vemos o reflexo das declarações do presidente da República que diz que seus filhos jamais se casariam com pessoas negras ou virariam gays “por terem sido bem-educados”.

Em 2019, como em anos anteriores, a APEOESP manteve, por meio da Secretaria de Assuntos da Mulher, do Coletivo LGBT “Fernando Schuller” e do Coletivo Anti-Racismo “Milton Santos” seu trabalho de combate à violência contra as mulheres, bem como em defesa da comunidade LGBTQI+ e da imensa maioria da população brasileira, que se reconhece como negra ou parda.



DEFESA DA POPULAÇÃO LGBTQI+

No início de setembro, por exemplo, o governador João Doria ordenou o recolhimento de material didático do 8º ano da rede pública estadual de Educação que, em determinada página, explicava as diferenças entre “sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual”.

“**Em resposta à fala de Doria, a presidente da APEOESP, Professora Bebel, respondeu: “Inaceitável é um LGBT ser morto a cada 20h”.**”

Segundo o governador, tratava-se de um “erro” que justificaria a apreensão do material. Além disso, Doria, no seu Twitter pessoal, afirmou que não aceitava “apologia à ideologia de gênero”. Em resposta à fala de Doria, a presidente da APEOESP, Professora Bebel, respondeu: “Inaceitável é um LGBT ser morto a cada 20h”. Depois lembrou que ideologia de gênero é “coisa que nem existe”.

PELA GARANTIA DE DIREITOS ÀS MULHERES

Na defesa das mulheres, entre outras iniciativas, a APEOESP lutou fortemente contra a aprovação da reforma da Previdência de Bolsonaro, assim como vem combatendo a reforma da Previdência de Doria, pois é ainda mais perversa para elas, que representam mais de 80% da nossa categoria.

João Doria quer aumentar a idade mínima para a aposentadoria dos servidores, que passaria de 55 anos para 62, no caso das mulheres, e de 60 anos para 65, no caso dos homens.

A APEOESP também atuou com firmeza contra o PL 435/2019, que ampliou o parto cesariana na rede pública e vem participando de todas as iniciativas e lutas em

defesa das mulheres, como as históricas manifestações do Dia Internacional da Mulher.

“João Doria quer aumentar a idade mínima para a aposentadoria dos servidores, que passaria de 55 anos para 62, no caso das mulheres, e de 60 anos para 65, no caso dos homens.”



▲ Professora Bebel em ato pelo dia das mulheres

COMBATE AO RACISMO

A luta da APEOESP contra o racismo se expressou em 2019 nas diversas iniciativas para debate desse tema em nível estadual e regional. Nas escolas, os representantes do nosso Sindicato têm sido atentos a qualquer manifestação de preconceito e discriminação, assim como a entidade tem participado das marchas e mobilizações em defesa dos direitos da população negra.

Na nossa pauta permanece como ponto fundamental a luta pela implementação da lei 10.639/2003, modificada pela lei 11.645/2008, que institui o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas públicas.

Outro ponto defendido fortemente pela APEOESP é a Meta 8 do Plano Estadual de Educação. Entre outras propostas, a Meta pretende “elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos” e “igualar a escolaridade média entre negros e não negros” no país.



“Na nossa pauta permanece como ponto fundamental a luta pela implementação da lei 10.639/2003, que institui o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas públicas.”

“ENSINO INTEGRAL” DE BOLSODORIA É PROJETO ANTIDEMOCRÁTICO E QUE PREJUDICA EDUCAÇÃO

A APEOESP vem combatendo o Programa Ensino Integral (PEI), do governador BolsoDoria, desde que a proposta foi apresentada, em agosto deste ano.

Entre as principais críticas está o fato de que o programa, do modo como vem sendo implementado, exclui estudantes que trabalham ou que desenvolvem outras atividades visando seu futuro profissional, inclusive pela redução ou extinção do período noturno.

Além disso, o programa desrespeita os conselhos de escola, que, por lei, são órgãos responsáveis por decidir se a proposta deveria ou não ser implementada em cada escola.

A APEOESP vem levando ao conhecimento do Secretário da Educação grande número de casos de escolas onde se pretende implementar o Programa de Ensino Integral contra decisão do conselho de escola ou simplesmente sem consultá-lo.

O programa ainda precariza a categoria dos professores, por criar gratificações para alguns professores, ferindo o princípio da isonomia salarial. A APEOESP vem pressionando fortemente o governo contra esses projetos absurdos.

“**A APEOESP vem levando ao conhecimento do Secretário da Educação grande número de casos de escolas onde se pretende implementar o Programa de Ensino Integral contra decisão do conselho de escola ou simplesmente sem consultá-lo.**”



Em todos os espaços, APEOESP denuncia exclusão de estudantes em projetos do governo



APEOESP INTENSIFICA LUTA POR SALÁRIOS DIGNOS

Os professores da rede estadual seguem pressionando pelo reajuste de 10,15% nos salários da categoria. O reajuste foi obtido em dezembro de 2017, com o objetivo de equiparar os salários ao piso nacional de educação na época.

Ainda em 2017, a APEOESP ingressou na Justiça contra o descumprimento do reajuste pelo então governador Geraldo Alckmin e ganhou em todas as instâncias. No entanto, o governo entrou com um recurso extraordinário no Supremo Tribunal Federal alegando falta de recurso para realizar o reajuste.

Para se ter uma ideia da importância do aumento, vale saber que em 2009, primeiro ano do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), o PEB I (de quem atua nos anos iniciais do Ensino Fundamental) estava 37,8% acima do nacional e o PEB II, 59,5% acima. Hoje, o piso do PEB 1 está 12,7% abaixo do nacional e o PEB II está apenas 1,1% acima, o que demonstra a defasagem acumulada no decorrer dos anos.

Além disso, o PEE (Plano Estadual de Educação), aprovado em 2016, prevê na sua Meta 17 a valorização dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, a equiparação, no Estado de São Paulo, até o final do sexto ano de vigência do plano, equiparação do rendimento médio dos professores ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

Como todo o funcionalismo sabe, Doria é especialista em criar bombas e entregá-las ao cidadão como se fossem presentes. E foi exatamente o que ele fez em novembro deste ano quando anunciou um novo “plano de carreira” com previsão de aumentar em 54% os salários dos professores nos próximos quatro anos.

Na verdade, a proposta prevê que os professores passem a integrar o regime de remuneração por subsídio e não mais como vencimentos. Na prática, a proposta exclui a incorporação de gratificações, bônus ou prêmios.

Além disso, na reformulação da carreira dos docentes anunciada, os professores deverão abrir mão de direitos da atual carreira, como quinquênios, sexta-parte (adicional por 20 anos de serviço), licença-prêmio, ALE (adicional recebido quando a escola fica em

local de difícil acesso) e outros acréscimos e vantagens conquistadas. De acordo com o anúncio, para os professores ingressantes, a nova carreira será obrigatória. A esse monte de cortes, BolsoDoria chamou de “valorização dos profissionais em início de carreira”.

“**Ainda em 2017, a APEOESP ingressou na Justiça contra o descumprimento do reajuste pelo então governador Geraldo Alckmin e ganhou em todas as instâncias.**”



▲ Em assembleia no vão livre do Masp, professores Fábio de Moraes (Vice-Presidente) e Leandro Oliveira (Secretário Geral) cobram reajuste garantido pela Justiça

PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO REPUDIAM PROJETOS IMPOSTOS PELO GOVERNO ESTADUAL

Mas não é só na questão salarial que BolsoDoria prejudica professores e demais profissionais da educação. Em maio deste ano, em mais uma decisão autoritária, Doria anunciou que pretende repartir as férias dos profissionais da educação, quebrando o período de julho e jogando parte desses dias para outras épocas do ano. Em assembleia realizada em abril, os professores repudiaram, por unanimidade, a proposta.

Os desmandos não pararam. Em outubro, a APEOESP denunciou a decisão do governo Doria de extinguir a função de Professor Mediador Escolar e Comunitário na rede estadual de ensino e a criação sem nenhum debate do Projeto Conviva/SP. A mobilização da APEOESP surtiu efeito e a resolução 48/2019 foi republicada sob a alegação que ela continha “itens inadequados”. O governo manteve os professores mediadores.

Se não bastasse a dificuldade nas lutas pela valorização, os professores ainda são cada vez mais vítimas de violência e assédio em sala de aula. A APEOESP realizou pesquisa com estudantes e profissionais da educação sobre a sensação de segurança nas unidades educacionais paulistas e o resultado mostra que metade dos estudantes e professores da rede estadual disse já ter sofrido algum tipo de violência nas escolas. A

porcentagem é de 48% entre os alunos e 54% entre os professores, proporção que vem crescendo desde 2014, quando os números eram de 28% e 44%, respectivamente.

“ A APEOESP realizou pesquisa com estudantes e profissionais da educação metade dos estudantes e professores da rede estadual disse já ter sofrido algum tipo de violência nas escolas. ”



▲ Ato em frente ao Palácio dos Bandeirantes contra desmandos de Doria

PROFESSORES TÊM ANO DE MOBILIZAÇÃO PARA MANTER APOSENTADORIA DIGNA

Grande parte da energia gasta por professoras, professores e outros profissionais da educação este ano foi empenhada na tentativa de barrar a reforma da Previdência, primeiro em Brasília e, depois, em São Paulo.

Em paralelo, os movimentos contra a reforma encamparam o ano todo as reivindicações mais urgentes da categoria, como: atribuição de aulas justa e transparente; revogação imediata da portaria CGRH 6/2019, que cria

regras inaceitáveis de atribuição, que prejudicam professores; e pagamento imediato do reajuste de 10, 15% aprovado em 2017.

Mais uma vez, por meio do conhecido toma lá, dá cá, o Congresso Nacional acabou aprovando a reforma da Previdência do governo Bolsonaro, após a liberação de emendas parlamentares na faixa de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões.

Ao contrário do que diz o governo, a reforma não acaba com

privilégios. Pelo contrário, ela coloca a maior parte dos custos na conta da classe trabalhadora assalariada, trabalhadores rurais, mulheres e população mais pobre.

Professores em assembleia permanente contra reforma da Previdência



PEC PARALELA

Um fator determinante que foi retirado na Câmara foi a inclusão de Estados e Municípios na reforma, item que ficou para outra proposta, apelidada de “PEC Paralela”, que permite que Estados, Distrito Federal e Municípios adotem regimes próprios de Previdência Social, mas com as mesmas regras da União.

Entretanto, a PEC Paralela só começará a ser apreciada na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania) da Câmara dos Deputados após o recesso parlamentar. Isso fez com que dez estados já se adiantassem e aprovassem reformas.

Em São Paulo, os profissionais da educação estão na vanguarda das mobilizações contra a reforma estadual, que tem uma evidente ligação com a “nova carreira” que o governo tenta impor ao magistério. A PEC 18/2019, referente à reforma, tem dispositivos que permitiriam o



Em São Paulo, atuação da professora Bebel na Alesp foi também fundamental na luta contra a reforma da Previdência

pagamento de subsídios em lugar de salários. Se não houver luta, servidores públicos vão trabalhar e pagar mais para ganhar menos em uma carreira extremamente instável.

Por isso, unificando pautas e na luta contra essa reforma perversa, a APEOESP teve papel fundamental

“ Em São Paulo, os **profissionais da educação** estão na **vanguarda das mobilizações** contra a reforma estadual. ”



▲ Professores ocuparam a Assembleia Legislativa na luta contra a reforma da Previdência

nas articulações de diversas mobilizações como o Dia Nacional de Mobilização Contra a reforma da Previdência, em 22 de março, e o Dia Nacional em Defesa da Educação Pública e contra a reforma da Previdência, em 15 de maio. Já em 14 de junho, uma ação articulada entre todas as Centrais Sindicais desencadeou uma grande greve geral que foi realizada em várias partes do país.

Em novembro, a assembleia estadual dos professores decretou greve da categoria a ser realizada em todas às terças-feiras e em todos os dias que houvesse tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/2019 e do Projeto Complementar (PLC) 80/2018, que aglutinam a reforma da Previdência de Dória.

ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO

Em dezembro, a mobilização se intensificou com apoio de diversos segmentos do funcionalismo público, tendo como ponto marcante a ocupação da Mesa Diretora da Assembleia.

A deputada estadual e presidente da APEOESP, Professora Bebel (PT), e as parlamentares do seu partido Márcia Lia, Beth Sahn, além de Isa Penna e Mônica Seixas, ambas PSOL, ocuparam a Mesa Diretora dos trabalhos do plenário da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), forçando o adiamento da votação do projeto de Dória para reforma da Previdência do Estado de São Paulo.

As deputadas também protestaram contra a medida tomada pelo presidente da Alesp Cauê Macris (PSDB), de impedir a entrada de servidores na galeria do plenário Juscelino Kubitschek, durante a sessão, para protestar contra o desmonte da previdência estadual.

Na sequência, o movimento obteve aquela que talvez seja sua mais importante vitória: o desembargador Alex Zilenoviscki, do Tribunal de Justiça de São Paulo, suspendeu a Proposta de Emenda Constitucional 18/2019. A Alesp então recorreu ao Supremo

Tribunal Federal, mas seu presidente, Dias Tofoli, deu prazo de 5 dias úteis para que o Tribunal de Justiça se manifeste.

Ou seja, a mobilização em torno do tema impediu temporariamente a aprovação do desmonte da Previdência, obrigando que votação só seja retomada em fevereiro de 2020, após o recesso da Justiça.

“
A deputada estadual e presidente da APEOESP, Professora Bebel (PT), e demais parlamentares ocuparam a Mesa Diretora dos trabalhos do plenário da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), forçando o adiamento da votação do projeto.
”



▲ Ocupação da mesa da Presidência da Alesp em defesa da democracia

COM ATUAÇÃO EM VÁRIAS FRENTES, PARA A CATEGORIA

Mesmo em um ano de ataques contra a educação e os professores, a APEOESP conseguiu avanços que ajudam a corrigir injustiças contra a categoria.

É o caso da categoria “O”, que compreende os professores contratados em regime temporário. Já em 10 de janeiro de 2019, mais de 500 professores da categoria se reuniram com o Sindicato. Entre diversas questões críticas, um acórdão do TJ-SP proibia a contratação de novos professores temporários.

Embora a APEOESP não concorde com essa forma precária de contratação, decidiu lutar pela recontração de todos os professores do segmento e defender a realização de novos concursos. Mais que isso, nosso Sindicato luta para que o governo cumpra a estratégia 18.20 do Plano Estadual de Educação (PEE), que determina uma nova lei de contratação para equiparar os direitos dos temporários aos dos professores efetivos.

No dia 13 de janeiro, o Supremo Tribunal Federal deferiu liminar, a pedido do governo do Estado, permitindo que docentes que tiveram seus contratos encerrados no dia 20/12/2018 pudessem ser recontraçados.

Durante o ano, outros avanços. Em 29 de janeiro, a SEE cedeu aos argumentos da categoria e decidiu manter o processo de atribuição de aulas para os professores temporários (categoria O), por considerar que os problemas de classificação detectados são pontuais e em pequeno número.

Luta importante da APEOESP no ano, o recálculo dos quinquênios teve decisão favorável na Justiça. Todos os integrantes da categoria associados na data de 11/08/2005 (data de distribuição da ação) e pensionistas dependentes de professores afiliados

fizeram jus ao benefício.

A APEOESP também obteve vitória com relação à Portaria CGRH 6/2019. Por meio de liminar, ela conseguiu delimitar três pontos: a determinação de ilegalidade na criação de uma faixa prioritária para professores em acumulação de cargos, a ilegalidade da ponderação da pontuação de acordo com a jornada de trabalho e, por fim, a consideração de ilegalidade a remoção de ex officio a pedido do professor.

Em reunião realizada com o secretário estadual da Educação em 26 de dezembro, o governo recuou em diversos pontos devido à pressão dos professores. Não haverá mais qualquer mudança na carga horária do noturno e, assim, os professores não precisarão permanecer mais tempo na escola. Também no diurno a permanência não será ampliada. Para a fixação dos horários do ATPC, o diretor terá que considerar as necessidades de todos os professores da unidade escolar.

Os diretores de escolas também foram assistidos pela entidade. Por meio de Mandado de Segurança Coletivo impetrado pela APEOESP, os diretores de escola garantiram aposentadoria especial. Garantir melhores condições para professores readaptados esteve entre as principais bandeiras de luta da APEOESP

RESISTÊNCIA AOS ATAQUES DE DORIA

Se a vida dos professores não está fácil, certamente a situação dos professores readaptados é ainda mais complicada. Ficar doente é um processo que pode ser acelerado pelas condições de trabalho. As precárias estruturas físicas das escolas, as jornadas estafantes, os deslocamentos de uma escola para outra, tudo pode acelerar o

agravamento da saúde.

Em defesa desses profissionais, a APEOESP ingressou com ação para reconhecer o direito de o professor contar o tempo de readaptado para fins de aposentadoria especial. A ação foi julgada procedente e a decisão já transitou em julgado.

Na reunião do dia 26/12 também ficou resolvido que a Resolução 71 será modificada para que docentes que tirem licenças-saúde consecutivas em decorrência da mesma CID (Classificação Internacional de Doenças) tenham sua carga horária mantida.

A APEOESP se manteve atenta na luta contra os desmandos do Governo Dória. Isso ficou evidente na PL 899/19 que reduz o pagamento de Requisições de Pequeno Valor (RPV). O projeto prevê a limitação para R\$11 mil sem contar o desconto do IAMSPE e da SPPREV. Esse tipo de pagamento (RPV) deve ser quitado em 90 dias, após sua apresentação ao credor. Valores maiores que os do RPV se transformam em precatório, que, pela lei, tem que ser pagos no ano posterior à sua apresentação.

Ocorre que, no ano de 2019, ainda estão sendo pagos os precatórios relativos a 2001, quando deveriam ser pagos os relativos a 2018. Ou seja, há um atraso de 17 anos! Reduzir para R\$11 mil é um absurdo inaceitável. Por isso, a APEOESP participou intensamente da luta contra a PL 899.

Infelizmente, em novembro, o projeto foi aprovado, mas por um placar apertadíssimo para o governo, que venceu por um único voto. Isso demonstra a força da pressão dos deputados e da

APEOESP CONQUISTA AVANÇOS

mobilização de professores e servidores, força esta que voltou a ser demonstrada quando o movimento conseguiu adiar a reforma estadual da Previdência.

LUTA CONTRA O AUTORITARISMO

Em 2019, a APEOESP atuou junto aos conselhos de escola em praticamente todo o Estado para barrar a implantação, na rede pública, do Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares, proposto pelo governo federal. Vencemos os debates em todas as escolas. Em Campinas, a Justiça suspendeu a militarização da Escola Municipal Professora Odila Maia Rocha Brito, depois de muita resistência da comunidade escolar, luta que a APEOESP abraçou.

A ministra dos Direitos Humanos, Damares Alves, anunciou em novembro que trabalha em conjunto com o MEC para lançar um canal para que pais e estudantes possam denunciar professores que atentam contra a “moral, a religião e a ética da família”.

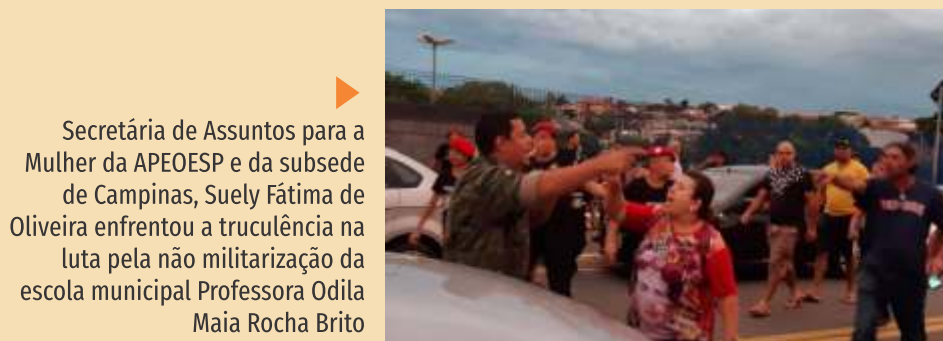
Esta prática já está acontecendo em São Paulo. Agentes externos – deputados dos partidos ligados ao presidente Jair Bolsonaro e MBL – estão agindo contra a democracia nas escolas, incentivando a denúncia de professores.

Em Barueri, estudantes e professores enfrentaram a truculência da PM do governo de João Doria para evitar o fechamento de cursos no noturno. – leia matéria na página 12.

Professores encerraram o ano em luta contra reformas de Doria



▲ Professor Roberto Guido em assembleia na Alesp contra reforma da Previdência de Doria



▶ Secretária de Assuntos para a Mulher da APEOESP e da subseção de Campinas, Suely Fátima de Oliveira enfrentou a truculência na luta pela não militarização da escola municipal Professora Odila Maia Rocha Brito





RETROSPECTIVA 2019 LUTAS DA APEOESP



SINDICATO DOS
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO

FILIADO À
CNE
E
CUT



SINDICATO DOS
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO

FILIADO À
CNE
E
CUT



www.apeoesp.org.br